Em meio ao avanço da judicialização, especialistas defendem canais administrativos mais eficazes; mutirão nacional de conciliação reúne mais de 5 mil processos nesta semana

Mais de 7,4 mil acordos foram homologados em 22.208 audiências conciliatórias envolvendo a saúde suplementar até setembro deste ano, segundo dados do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Os resultados foram apresentados no V Congresso do Fonajus (Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde), realizado nos dias 5 e 6 de novembro, no Rio de Janeiro, em meio ao crescimento das ações contra operadoras de planos de saúde, que superaram as novas demandas envolvendo o sistema público em 2026. Para especialistas reunidos no evento, a conciliação pode ajudar a reduzir os litígios, mas boa parte das demandas poderia ser resolvida antes de chegar à Justiça.

Na avaliação da conselheira do CNJ Andréa Cunha Esmeraldo, é necessário examinar o que acontece antes que o beneficiário recorra ao Judiciário. Ela questionou se os usuários dispõem de canais administrativos eficazes, recebem informações claras e têm oportunidades efetivas de solucionar suas reclamações. O presidente da Comissão de Direito Sanitário e Saúde da OAB-RJ (Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro), Luiz Felipe Conde, afirmou que as ações judiciais geralmente são a última alternativa, após um longo percurso de tentativas frustradas. “Desjudicializar não é fechar a porta da justiça. É fazer com que a pessoa não precise bater nela”, disse.

Leia aqui na íntegra

Fonte: Saúde Insider, em 10.11.2026